

Que Algarve, que modelo de construção e que Turismo queremos para a região?

É verdade que a paisagem algarvia tem sido destruída ao longo dos anos, culpa da pressão urbanística, da construção desenfreada e da explosão descontrolada do turismo dos anos 60-80, entre outros.

Passo a citar uma passagem do livro de Fernandes, José Manuel; Janeiro, Ana, "Arquitectura do Algarve – Dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese", 2005, CCDRA, pág. 28-29 que refere o seguinte:

"...na fase imediatamente a seguir (1960), foram realizados vários estudos ou planos para prever e enquadrar a explosão do turismo que atempadamente se previa. Infelizmente, esta produção encomendada a autores credenciados, foi totalmente desprezada no acompanhamento do processo urbano dos 20 anos seguintes, dando origem à chamada "tragédia urbanística" do Algarve, dos anos de 1960-1980, da qual ainda hoje todo aquele território se ressentir. Refiramos três desses estudos, pela sua importância e valor:

- as Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve, pelo arquitecto Francisco Keil do Amaral, para o Ministério das Obras Públicas, em 1962;
- o Estudo Urbanístico das Cidades e Vilas do Litoral do Algarve, pelo arquitecto Cabeça Padrão, para a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização;
- e, pelos arquitectos paisagistas Viana Barreto, Álvaro Dentinho e Albano Castelo Branco, o estudo de Ordenamento Paisagístico do Algarve, também efectuado para a Direcção Geral dos Serviços de Urbanismo em 1964-67."

Daqui se poderá inferir que o problema do "desleixo construtivo" no Algarve, não foi tanto pela ausência de medidas institucionais, para evitar o que afinal não é um dado recente, prevendo-se, já na década de 60, os futuros efeitos do turismo, já que os estudos foram encomendados e realizados. No entanto, os conhecimentos que estes produziram, não tiveram a desejada aplicação prática, com as consequências que se conhecem para a região.

Coloca-se assim uma questão que ainda hoje faz sentido, aos mais variados níveis: Afinal encomendam-se e fazem-se estudos para quê?!

Há sensivelmente um mês, num seminário com o tema: "Turismo Sustentável - Ordenamento ou Constrangimento" realizado em Tavira, o Dr. Flávio Lopes, Director Regional de Lisboa do IPPAR, afirmava que previsões da WTO (World Tourist Organization) referem que em 2020 o fluxo turístico para a Europa e conseqüentemente para Portugal, irá duplicar. Ainda acerca disso, alguém dizia que "...façamos o que fizermos os turistas virão e em força, estejamos ou não preparados para os receber". Segundo dados estatísticos, passaremos a ser visitados por 16 milhões em 2020, o que nos faz pensar na estratégia a ser posta em prática para o médio/longo prazo, no que respeita à capacidade e qualidade do acolhimento da região.

Esta questão não é indissociável de uma outra: Como vai o nosso território ser transformado nesse período? Quais os planos? Qual a estratégia para o futuro? Estas são questões relevantes para que, daqui a 40 anos não estejamos mais uma vez a lamentarmo-nos dizendo que: afinal estudos foram feitos mas mais uma vez tudo foi construído sem o necessário planeamento. Será que já aprendemos com os erros do passado e iremos agora projectar e construir conscientemente, sem arruinarmos o que já pouco resta da nossa região? Será que o novo PROTAL (Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve), em discussão pública a partir de Agosto, contempla as referidas previsões da WTO?

Será que as cidades Algarvias vão saber e querer adaptar-se às previsões da WTO, como acontece, por exemplo, em Vilamoura com o mega projecto “Vilamoura XXI”? Afinal, que modelo de turismo necessitamos?

Há ainda um aspecto fundamental que não me parece de somenos importância e está relacionada com a participação activa dos cidadãos.

Uma vez que a transformação urbana é inevitável e terá lugar no nosso território, afectando o quotidiano de todos, seria interessante que a população algarvia em geral estivesse sensibilizada e realmente informada num discurso claro, despolitizado e desmistificado, das estratégias para o desenvolvimento da região.

Por outro lado, será também necessário que os algarvios queiram conhecer e intervir em algo que afinal irá influenciar directamente as suas vidas, hoje e num futuro longínquo. Por isso não será demais referir que a versão integral do PROTAL, para os próximos 10 anos, estará disponível para consulta no site da CCDR Algarve, em <http://www.ccdr-alg.pt> entre 14 de Agosto e 30 de Novembro.

Há dados interessantes que podem de alguma forma justificar opiniões opostas àquelas que defendem a limitação do desenvolvimento urbano nas suas mais variadas formas.

É um dado da WTO (World Tourist Organization), que em 2020 o fluxo turístico no Algarve vai aumentar praticamente para o dobro, para os 16 milhões. A frase acerca do aumento do fluxo turístico na Europa, “...façam o que fizerem os turistas virão e em força, estejam ou não preparados para os receber”, dá uma ideia do futuro que nos espera. Ainda a previsão de que, num futuro não muito distante, 45% da população portuguesa estará a residir na Área Metropolitana de Lisboa ou ainda as previsões que anunciam no Algarve a proximidade crescente entre Faro, Loulé e Olhão faz-nos pensar em que modelos de cidade queremos e esperamos para o futuro.

Fazendo aqui um aparte e quanto à discussão acerca do novo mercado municipal de Faro, não considero tão chocante o que muitos apelidam de emparedamento das construções vizinhas. O afastamento aos edifícios que rodeiam o Mercado parece-me simpático. Se considerarmos a regra dos 45º a que obriga o RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas), então o afastamento é mais generoso do que aquele a que estaria obrigado por lei. Em parte essa sensação de “emparedamento” parece-me algo psicológico, pois as vias ainda estão vedadas parcialmente, o que potencia essa sensação de claustrofobia.

Será que o problema do “emparedamento” não passa também pela falta de proporção entre o conjunto dos edifícios na área a Norte da praça e essa mesma?

No que respeita à fobia da tipologia torre, parece-me algo também inevitável, fruto do progresso e do aumento da procura das cidades, onde o que me parece mais importante não

é o facto de se construir uma torre mas sim onde e como esta será construída, em que enquadramento urbano/paisagístico, com que qualidade arquitectónica e construtiva, com que rede de infra-estruturas associada, etc...

Pessoalmente não sou grande entusiasta do Arq. Manuel Graça Dias, porém o enquadramento da “Casa da Cascata” de Frank Lloyd Wright é “um pouco” diferente da proposta deste para, por exemplo, Lisboa. No entanto F. L. Wright também era um visionário no que respeita à inevitabilidade da torre, mega arranha-céus ou se quiserem torre bionica. Veja-se por exemplo a sua proposta para o edifício Mile-High Illinois, para Chicago em 1956, nunca construído.

Penso que mais do que estarmos numa constante atitude saudosista do pequeno mercado que servia a pequena população, do pequeno edifício que albergava meia dúzia de pessoas e que para isso obrigava à construção pelo território numa atitude dispersa e desregrada, será talvez aceitarmos o desenvolvimento como algo que é inevitável, como fazendo parte do ciclo de vida das urbes e mais do que modelos utópicos de desenvolvimento importa fazer o chamado, controlo de danos. Para isso é necessário prever, planear ou seja criar ferramentas legais que defendam as cidades e as populações, que não se oponham ao desenvolvimento, mas que o abracem e tirem dele o máximo partido.

Miguel Caetano